**FACULDADE UnYLeYa**

**Ciência Política**

**Política Moderna e Contemporânea**

**José Antonio Correa Lages**

**A SUSTENTABILIDADE ECONÔMICA DO ARCABOUÇO DE POLÍTICAS SOCIAIS BRASILEIRAS**

**Brasília**

**26/10/2017**

**A sustentabilidade econômica do arcabouço das políticas sociais brasileiras**

Durante os governos Lula-Dilma, expandiram-se como nunca os programas de transferência de renda resultando, sem dúvida, na redução da desigualdade econômica e social como nunca se tinha visto no Brasil. Dados oficiais e de entidades insuspeitas demonstram isso. Se de um lado, esses programas alavancaram o crescimento do consumo das famílias pobres e de baixa renda, por outro lado os serviços públicos, de responsabilidade do Estado, não se qualificaram para atender às novas demandas de segmentos em ascensão. A partir dessa contradição significativa, vamos discutir neste trabalho a sustentabilidade econômica das políticas sociais daquele período.

Não se discute a necessidade das políticas sociais, como o bolsa-família, o pro-uni, o aumento do salário mínimo acima da inflação, etc. Aliás, alguns desses programas foram até reconhecidos internacionalmente e adotados por outros países, até países em desenvolvimento e desenvolvidos. Como afirma Almeida,

se a ingerência estatal permitiu e contribui para criar um cenário de extrema pobreza e falta de recursos, afetando diretamente a qualidade de vida e a própria dignidade de uma grande parte da população, a utilização de medidas e políticas redistributivas torna-se a melhor saída no curto prazo (ALMEIDA, 2016).

Sem dúvida, milhões foram tirados da pobreza extrema, não apenas devido às políticas sociais, mas também pelo rápido aumento da taxa de empregos formais e reajustes do salário mínimo acima da inflação. O grande problema que se coloca por muitos especialistas é a sustentabilidade no longo prazo dos programas sociais e o seu impacto econômico positivo ou negativo para o país. Percebemos que em curto prazo, o efeito foi bastante positivo como já falamos. É consensual que é preferível *“ensinar a pescar que dá o peixe”*, mas, em situações extrema pobreza, em situações emergenciais, como no caso histórico do Brasil, houve e há necessidade sim de se dar o peixe enquanto se ensina a pescar, pois, do contrário, corre-se o risco dos pobres morrerem antes de aprenderem a pescar.

Concordamos em parte com Almeida (2016) quando ele diz que uma das falhas dos programas sociais é não se ter clareza sobre a porta de saída dos beneficiados até mesmo para que possibilite a entrada de outros. A fragilidade das contrapartidas não garante que esses beneficiados estejam aprendendo a pescar ou aprendendo caminhar com suas próprias pernas. Realmente, a sociedade nunca foi devidamente informada com dados técnicos e transparentes dos resultados das políticas sociais, permanecendo apenas alguns poucos números gerais claramente com objetivos de propaganda política e eleitoral.

Ao discutirmos aqui a questão da sustentabilidade econômica das políticas sociais, essas questões não podem ser desconsideradas. Não acreditamos que o problema crucial seja a possível configuração de uma situação de dependência dos beneficiados em relação ao Estado. Até porque, se formos compararmos números, segmentos abastados da população já foram historicamente socorridos pelo Estado, e sem nenhuma contrapartida, em proporções infinitamente maiores do que os recursos despendidos para as políticas sociais, aliás, muito recentes no Brasil. E ninguém até hoje veio a público demonstrar os efeitos sociais positivos deste socorro tão generoso.

Discordamos de Almeida (2016), quando este afirma que as políticas sociais são ferramentas que podem ser efetivas no curto prazo, porém prejudiciais no longo prazo. Parece-nos que faltam dados concretos para uma afirmação tão peremptória como essa. Já surgem algumas informações de que muitas famílias beneficiadas pelos programas sociais estão conseguindo atravessar a crise econômica em melhores condições. E mesmo não tendo havido até agora um controle mais efetivo do Estado, como já falamos. Por outros caminhos, talvez não previstos, percebe-se a possibilidade concreta de ascensão social impulsionada pelas políticas sociais.

Concordamos com Almeida (2016) de que a forma do Estado promover o bem-estar social de forma sustentável é focar em suas três principais atribuições, que são Educação, Saúde e Segurança. Mas a necessidade deste foco não contradiz a necessidade das políticas sociais com resultados esperados no curto e médio prazos. Ou que deveria haver, e não houve, é uma efetiva integração entre todas essas políticas, mas também a ausência dessa integração não quer dizer que as políticas sociais, por si só, devem ser descartadas.

Não podemos falar de sustentabilidade das políticas sociais sem falar da sustentabilidade do próprio desenvolvimento nacional. Não é possível falar da sustentabilidade econômica do arcabouço das políticas sociais no Brasil, sem considerar uma análise macroeconômica. Para Martin Raiser, para sustentar conquistas sociais, o Brasil precisa enfrentar problemas estruturais que vem de longa data. Hoje, a profunda crise econômica enfrentada pelo Brasil ameaça os avanços conquistados até agora. O que deu errado? Em parte, o fato do sucesso brasileiro ter sido construído em bases voláteis:

o fim do grande ciclo das *commodities* enfraqueceu o modelo de crescimento atrelado ao consumo no Brasil. Os esforços do governo para estimular a demanda vêm tendo pouco impacto e um custo fiscal cada vez mais elevado. O retorno dos déficits públicos e a crescente incerteza política minaram a confiança no país e o submergiram na pior recessão em décadas (RAISER, 2016).

No entanto, há desafios estruturais mais profundos por trás das dificuldades econômicas enfrentadas atualmente pelo Brasil. Podemos identificar algumas grandes restrições que nosso país precisa superar para retomar o caminho da inclusão, do crescimento e da sustentabilidade. Em primeiro lugar, os grandes dispêndios com a população não - pobre - consagrados na lei através de vinculações orçamentárias e regras de indexação - minam a estabilidade fiscal, reduzem o espaço para investimentos públicos e limitam os recursos disponíveis para políticas socialmente inclusivas. Em segundo lugar, as fragilidades da governança do setor público e a fragmentação institucional dificultam a formulação, o planejamento e a implementação de políticas de longo prazo. E por fim, a segmentação dos mercados financeiros, a falta de crédito de longo prazo e as taxas de juros historicamente elevadas podem distorcer a alocação de capital e dificultar os investimentos privados (RAISER, 206).

A sustentabilidade das políticas sociais no Brasil apresenta, no entanto, outros vieses que precisam ser considerados. Para Ruth Cardoso (2004), a persistência da pobreza, apesar das políticas sociais cujo objetivo seria combatê-la, legitimou alguns temas dominantes no debate da mídia durante os últimos anos. O primeiro deles foi a necessidade de focalização dos programas para atingir seu público-alvo – os mais pobres – e o segundo foi a crítica ao assistencialismo. Esses dois aspectos dos programas sociais continuam sendo considerados responsáveis pelo contínuo fracasso do combate à pobreza.

Como consequência da ampliação do debate, houve também a politização destes temas, que se tornaram mais ocasiões para denúncia do que oportunidade para o diálogo construtivo. Para alguns, a persistência da pobreza é a prova da ineficiência das políticas governamentais; para outros, é preciso que se destinem mais verbas à área social para que os programas sejam ampliados. Neste clima, as críticas foram muitas vezes pouco concretas. Acreditamos que é justamente do debate que surgem propostas mais coerentes, principalmente quando se trata dos graves problemas sociais que afligem nosso país. De qualquer forma, a oportunidade das políticas sociais ainda se coloca, mas devem ter metas muito concretas e acompanhamento de toda a sociedade.

**Referências**

ALMEIDA, Luis Gustavo Ferreira de. A sustentabilidade econômica do arcabouço das políticas sociais brasileiras, 03.01.2016. Disponível em <<http://www.webartigos.com/artigos/sustentabilidade-economica-do-arcabouco-de-politicas-sociais-brasileiras/139195>> Acessado em 10.09.2017.

### CARDOSO, Ruth. Sustentabilidade, o desafio das políticas sociais no século 21. In São Paulo Perspectiva, vol.18 nº.2 São Paulo Apr./Jun 2004. Disponível em

<<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392004000200005>> Acessado em 15.06.2017.

RAISER, Martin. Para sustentar conquistas sociais, econômicas e ambientais, o Brasil precisa enfrentar problemas estruturais de longa data. In Valor Econômico, 17.05.2016. Disponível em <<http://www.worldbank.org/pt/news/opinion/2016/05/17/brazil-article-resume-growth-sustain-social-achievements>> Acessado em 13.09.2017.